



## INVESTIGAÇÃO

# Indiciamento de ministro desgasta mais o Planalto

PF conclui inquérito que apurava desvio de recursos da Codevasf e aponta Juscelino Filho como suspeito de corrupção, fraude em licitação e organização criminosa. Líder do governo no Senado diz que Lula pretende tomar uma decisão sobre o caso

» VICTOR CORREIA

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

A Polícia Federal indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, por suspeita de envolvimento em um esquema de desvio de recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo a corporação, o integrante do governo cometeu os crimes de organização criminosa, corrupção passiva, falsidade ideológica e fraude em licitação.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não decidiu sobre a permanência ou não do ministro no cargo (**leia reportagem ao lado**).

O caso envolve uso de emendas parlamentares, quando Juscelino era deputado federal, para pavimentar estradas de Vitorino Freire, no Maranhão. Os recursos teriam sido usados para beneficiar somente propriedades da família do ministro.

O relatório final da PF sobre o caso foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), na terça-feira, e está nas mãos do ministro Flávio Dino. Ele deve encaminhá-lo à Procuradoria-Geral da República (PGR) que, por sua vez, decide se apresenta ou não denúncia.

Quando era deputado pelo União Brasil, Juscelino destinou cerca de R\$ 5 milhões em emendas para a prefeitura de Vitorino Freire. A cidade é comandada pela irmã dele, a prefeita Luanna Rezende, que foi afastada do cargo por alguns dias, após decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, em meio às investigações. Dias depois, a medida foi suspensa.

Segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), cerca de 80% das emendas enviadas por Juscelino à prefeitura foram gastos para pavimentar uma rodovia que acessa propriedades do ministro e da família dele, em obras com custo estimado em R\$ 7,5 milhões. Os recursos foram repassados por meio da Codevasf, e as obras, realizadas pela empresa Construservice, que tinha o empresário Eduardo José Barros Costa, o "Eduardo DP", como sócio oculto.

Em inquérito sobre



O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito"

Juscelino Filho,  
ministro das Comunicações

irregularidades na Codevasf, a PF encontrou mensagens trocadas por Eduardo DP e Juscelino Filho, entre 2017 e 2020, em que os dois discutiam as obras e a destinação de emendas.

Eduardo DP é investigado por uma série de irregularidades em licitações e tem ligação com diversos políticos maranhenses. O delegado responsável pelo interrogatório decidiu, então, cancelar o depoimento após poucos minutos.

a operação. Juscelino foi, porém, convocado a depor pela corporação. A oitiva ocorreu em 17 de maio deste ano. O ministro respondeu alguns questionamentos sobre o caso, mas disse que se recusaria a comentar tópicos sem ligação com o desvio das emendas parlamentares. O delegado responsável pelo interrogatório decidiu, então, cancelar o depoimento após poucos minutos.

### Defesa

Procurado pelo **Correio**, Juscelino Filho negou qualquer irregularidade. Ele classificou o indiciamento como "ação política e previsível" e comparou a investigação da PF com a Operação Lava-Jato.

"O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito. É importante deixar claro que não há nada, absolutamente nada, que envolva minha

atuação no Ministério das Comunicações, pautada sempre pela transparência, pela ética e defesa do interesse público", escreveu o ministro em nota.

Juscelino disse apenas ter indicado as emendas parlamentares e que a responsabilidade de fiscalizar as obras é do Executivo e de órgãos competentes. Também criticou os procedimentos da PF. "Durante o meu depoimento, o delegado responsável não fez questionamentos relevantes sobre o objeto da investigação. Além disso, o encerrou abruptamente após apenas 15 minutos, sem dar espaço para esclarecimentos ou aprofundamento", enfatizou. "Isso suscita dúvidas sobre sua isenção, repletando um modus operandi que já vimos na Operação Lava-Jato e que causou danos irreparáveis a pessoas inocentes."

O ministro destacou que indiciamento não significa culpa e que a Justiça é a única instância capaz de julgar o caso. "Minha inocência será

comprovada ao final desse processo, e espero que o amplo direito de defesa e a presunção de inocência sejam respeitados", frisou.

Em nota, o União Brasil reforçou seu apoio ao filiado e disse que "suspeitas são apenas suspeitas". A sigla também afirmou que as acusações começaram somente após a posse de Juscelino como ministro, o que indica atuação política para derrubá-lo do cargo. "Indiciamento não deve significar culpa, e o princípio da presunção de inocência e o devido processo legal devem ser rigorosamente respeitados", destacou.

As suspeitas pesam contra o ministro desde o início do ano passado. Ele já foi convocado por Lula para esclarecer acusações como o uso de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para participar de um leilão de cavalos e irregularidades em suas contas eleitorais. Por enquanto, a possibilidade de demitir Juscelino é considerada baixa dentro do Palácio do Planalto, apesar do indiciamento.

## Cobrança ao partido

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda vai tomar uma decisão sobre o caso do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, indiciado pela Polícia Federal por suspeitas de desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Wagner ainda afirmou que quem deveria tomar uma decisão sobre a permanência ou não de Juscelino no cargo é o União Brasil, partido ao qual o ministro é filiado.

"O presidente ou vai embarcar ou já embarcou para a reunião do G7. Ele vai ser informado de tudo e aí vai tomar uma decisão", frisou. "Na verdade, quem teria que tomar uma decisão é o partido dele. Não se trata de proteger, defender ou acusar. Se está tendo um evento, qual é a reação? Sai para se defender? Fica se defendendo?", acrescentou.

O senador disse que Lula "foi muito claro com ele (Juscelino Filho) quando saíram as primeiras declarações. (Disse) Vai lá e se defende. Ele se defendeu. Agora tem um fato novo, que é o indiciamento".

Wagner também ressaltou que "não tem relação de causa e efeito da ação da Polícia Federal com qualquer vontade política" do governo em relação a uma troca nas cadeiras da Esplanada.

Lula participa, hoje, em Genebra, na Suíça, da 112ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT). Amanhã e sábado, em Apúlia, na Itália, o chefe do Executivo estará na reunião de cúpula do G7, grupo composto pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Após a sessão da Cúpula, o presidente brasileiro participará de jantar oferecido pela primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. A previsão é de retorno ao Brasil no próprio sábado.

## PF procura presidente do Solidariedade

» RENATO SOUZA

A novela que envolve o Partido Republicano da Ordem Social (Pros) teve um novo capítulo. Eurípedes Júnior, que esteve à frente da sigla durante anos e é o atual presidente do Solidariedade, está sendo procurado pela Polícia Federal. Ele foi alvo, ontem, de uma operação deflagrada para investigar desvios de recursos do fundo partidário e eleitoral. A ação foi determinada pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal.

A PF cumpriu, ontem, seis de sete mandados de prisão contra acusados de envolvimento no esquema. Uma das detenções ocorreu no Paraná e cinco no DF — entre os alvos, estavam dois advogados de Eurípedes Júnior. Segundo a corporação, eles recebiam honorários muito acima

dos valores praticados no mercado, o que levantou a suspeita de lavagem de dinheiro.

Acusado de chefiar o esquema criminoso, Eurípedes Júnior é considerado foragido porque não foi encontrado nos endereços visitados pelas equipes policiais e não se apresentou espontaneamente à Justiça. As diligências continuam em andamento para tentar descobrir o paradeiro dele.

Além das prisões, a PF cumpriu 45 mandados de busca e apreensão, sequestro de 32 imóveis e bens materiais e bloqueio de R\$ 36 milhões dos investigados.

Eurípedes Júnior começou a carreira política como vereador em Planaltina de Goiás, em 2008. Ele vive na cidade e sempre chamou a atenção dos moradores com as viagens de helicóptero até o Plano Piloto.

Reprodução/Instagram



O Pros existia desde 2013 — tendo Eurípedes como um dos fundadores. No ano passado, foi incorporado pelo Solidariedade. A sigla apoiou governos e

candidaturas petistas nas eleições de 2014, 2018 e 2022. No entanto, sempre votou com os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Eurípedes chegou a ser

demitido por uma assembleia interna realizada por outros dirigentes partidários. No entanto, voltou ao cargo por determinação da Justiça.

**Eurípedes Júnior é alvo de mandado de prisão, acusado de chefiar o esquema criminoso**

### Aeronave

O esquema é antigo e vem sendo apontado pelo **Correio** desde 2017. Reportagem produzida à época revelou que Eurípedes comprou um helicóptero com recursos públicos para se deslocar da casa dele à sede do Pros, no Lago Sul. Em 2019, o **Correio** revelou que o Pros usou candidaturas laranjas nas eleições de 2018.

Ontem, a Justiça determinou a apreensão do helicóptero, modelo R-66, prefixo PP-CHF, adquirido pelo valor médio de R\$ 2,8 milhões. Atualmente, a aeronave está aviada em R\$ 5 milhões.

A defesa do acusado não respondeu aos contatos feitos pela reportagem. Em nota, o Solidariedade afirmou que os fatos investigados são anteriores à fusão dos partidos.